



JORNADAS REFLEXÃO “POBREZA INFANTIL E DESAFIOS DE INTERVENÇÃO”

Considerações Finais pelo moderador Doutor Fernando Diogo

12 DE FEVEREIRO DE 2016
LABORATÓRIO REGIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

Considerações Finais

- A primeira questão colocada neste colóquio respeita às cautelas que são necessárias ter com os dados oficiais sobre a pobreza infantil, a forma como estes estão construídos tende a minimizar o problema, pois são recolhidos com base nos agregados familiares e não especificamente sobre as crianças.
- Acresce que, verdadeiramente, sabemos pouco sobre a pobreza infantil e sobre a pobreza infantil nos Açores, porque:
 - Os dados nacionais permitem apenas uma primeira aproximação ao fenómeno em termos de volume (quantidade) de crianças em pobreza e em termos de intensidade (quanto maior a distância ao limiar de pobreza maiores as dificuldades para se sobreviver, isto é, maior a intensidade da pobreza);
 - Faltam informações sobre os diferentes tipos de pobreza infantil (perfis); sobre as vivências, obstáculos e potencialidades das crianças em pobreza e suas famílias;
 - Faltam informações sobre os fatores que produzem e reproduzem a pobreza infantil e a diferenciam da pobreza em geral;
 - Faltam estudos sobre os fatores de entrada e de saída da pobreza infantil.
- Do pouco que sabemos, pode-se afirmar:
 - 31.5% das crianças e jovens (até aos 17 anos) vivem em situação de pobreza monetária em Portugal;
 - Nos últimos anos a situação agravou-se ligeiramente na UE e fortemente em Portugal;

- A intensidade da pobreza é grande no país;
 - Os últimos dados para os Açores são de 2009 e mostram uma situação pior do que a média nacional;
 - Se, para os Açores, a taxa de pobreza geral diminuiu de 23.1% para 20.3%, de 2005 para 2009, no mesmo período a taxa de pobreza infantil aumentou de 30.1% para 33.4%. Estes dados acompanham a tendência nacional de aumento da taxa de risco de pobreza infantil.
-
- Em relação a Portugal em geral verifica-se que, em períodos de redução da pobreza, a pobreza infantil reduz-se mais lentamente que a pobreza geral e aumenta mais rapidamente do que esta em períodos de expansão da pobreza, como o que vivemos.
 - Os cortes nas prestações sociais fizeram com que o principal grupo afetado na redução de rendimento sejam os 10% mais pobres que viram o seu rendimento reduzir-se 24% nos últimos anos.
 - As reduções do RSI têm afetado sobretudo as famílias com crianças tendo levado à redução do número de crianças no RSI em proporção do total de beneficiários.
 - Os oradores do colóquio identificaram como áreas a trabalhar na pobreza infantil, os recursos económicos, a educação, a saúde e a família:
 - Nos recursos económicos: o reforço dos rendimentos das famílias com crianças;
 - Na educação: o combate ao absentismo e ao insucesso escolar e a prevenção de comportamentos desviantes;

- Na saúde: a prevenção de dificuldades de desenvolvimento e os problemas de audição e visão com impacto no desempenho escolar bem como a vacinação universal. Ainda foram mencionados como significativos a questão da nutrição adequada e a saúde dentária;
 - Na família: a capacitação familiar, em especial a educação para os afetos e para a capacitação familiar à volta de todo o processo educativo da criança com destaque para dimensão escolar.
- Foi muito frisada a importância de se desenvolverem projetos de intervenção social baseados em medidas de capacitação e de apoio social rejeitando-se linearmente as medidas assistencialistas que mais não fazem do que prolongar no tempo as situações de pobreza.
- As medidas de combate à pobreza não têm grandes efeitos na redução de pobreza, apenas na mitigação da sua intensidade. As grandes medidas com efeitos na redução de pobreza são as referentes às políticas gerais do estado, com destaque para as políticas redistributivas (impostos e redistribuição de rendimentos); políticas de educação para o combate ao absentismo e ao insucesso; políticas de saúde para a vacinação, combate aos problemas de desenvolvimento, às dificuldades de visão e audição e para a saúde em geral, saúde dentária e nutrição.
- A pobreza infantil aumenta o risco dos problemas de saúde duradouros (físicos e mentais) ao longo de toda a vida do indivíduo e da instalação de dificuldades cognitivas (passíveis de serem corrigidas com educação escolar, mesmo em idades avançadas).
- As crianças pobres têm uma maior probabilidade de adoecerem, de terem uma doença crónica, de serem deficientes ou de morrerem precocemente (na infância e na idade adulta).
- A educação escolar tem um papel pivot no combate à pobreza infantil mas precisa de se reformar no que respeita ao trabalho dos professores na sala de aula, estes precisam de questionar as suas práticas de ensino para conseguirem chegar aos alunos.
- Foi apresentado um projeto de boas práticas em Rabo de Peixe (fora da sala de aulas) com uma forte componente de envolvimento dos agentes escolares e

das famílias na deteção e resolução de problemas escolares centrados nos alunos. Também foi apresentado um esboço de projeto nesta mesma área (iniciativa de organizações da igreja católica) de onde se destaca a mobilização de parceiros. O primeiro projeto, já em execução tem um orçamento muito baixo provando que é possível fazer muito com pouco dinheiro.

- A última grande ideia debatida no colóquio respeitou ao facto da pobreza poder ser vista como uma forma extrema de desigualdades de distribuição de rendimento, e que enquanto não se inverter a atual tendência nacional e internacional para o agravamento destas desigualdades, com a concentração de uma cada vez maior proporção da riqueza do mundo num número cada vez mais reduzido de mãos, será difícil um efetivo combate à pobreza.